

# **UM LUGAR CHAMADO QUILOMBO: trajetória de uma Comunidade Negra formada em um Engenho do Recôncavo Baiano (1890-1930)**

**João Paulo Pinto do Carmo<sup>i</sup>**

## **RESUMO**

Este artigo, resultado de uma pesquisa em curso, analisa a trajetória de uma comunidade negra denominada Quilombo, localizada no município de São Félix, Recôncavo - BA. O texto problematiza as principais motivações que implicaram à formação e fixação dessa comunidade nas terras do Engenho Sinunga. No entanto, o Quilombo da discussão aqui apresentada não deve ser confundido com um remanescente de escravos fugitivos, trata-se de um lugar que, inicialmente, se constituiu das relações cotidianas tecidas entre cativos e libertos do engenho. Entre 1890-1930 constatamos a presença de trabalhadores ex-escravos e descendentes morando nessa mesma propriedade. Assim, apresentaremos uma análise fundamentada em um recorte documental abrangendo os registros de óbitos e nascimentos, escrituras de compra e venda de terra e as entrevistas orais.

**PALAVRAS CHAVE:** comunidade negra; ex-escravo; trajetória.

## **INTRODUÇÃO**

Nas encruzilhadas dos riachos que cortam a comunidade do Quilombo encontra-se, cotidianamente, grande parte dos vestígios arqueológicos do Engenho Sinunga: alicerces, tijolos, pilastras, faianças de azulejos e tachos, vigas de madeira, caldeiras e parte da barragem que permanecera ativa até por volta de 1960<sup>ii</sup>. A desativação do engenho desencadeou um processo intenso de reaproveitamento desses materiais que, por sua vez, envolveu a comunidade e outras localidades do distrito. Assim, nas várias histórias contadas pelos moradores percebemos que houve uma reutilização constante dos tijolos e telhas nas novas residências construídas a partir de 1940.

Em termos geográficos a comunidade está assentada no Outeiro Redondo, distrito de São Félix-BA. A cidade de Cruz das Almas é o centro urbano mais próximo do Quilombo (12 km), justamente por essa proximidade os moradores têm certa facilidade em se locomover para esse comércio. Em seguida vêm Muritiba (20 km) e a sede do município de São Félix (acerca de 30 km). Embora, em dias atuais, a comunidade e áreas circunvizinhas se relacionem majoritariamente com o comércio de Cruz das Almas, no passado, devido às atividades portuárias, grande parte dessa região escoava as suas mercadorias para Maragogipe.

As famílias que vivem no local retiram o sustento principalmente do cultivo de

raízes como inhame, mandioca, batata doce etc. Além disso, algumas leguminosas também têm papel importante na complementação das atividades agrícolas desse lugar, é o caso das plantações de algumas variedades de feijão, andu, mangalô, amendoim e demais itens dessa agricultura produzida em pequena escala<sup>iii</sup>.

A comunidade é composta por duas representações religiosas, uma católica e outra evangélica que, apesar das diferenças, convivem amistosamente. A chegada da energia elétrica remonta o ano de 1998, anteriormente quase não se conhecia o Quilombo<sup>iv</sup>. Há um total de aproximadamente 80 moradores distribuídos entre vinte cinco famílias interligadas. Os maiores núcleos familiares residentes provém dos Soares Cavalcante, Brito do Carmo e Queiroz Fernandes.

Dito isto, salientamos que os estudos sobre trajetórias de comunidades negras antes e depois da abolição é um fenômeno de grande repercussão nas pesquisas historiográficas dos últimos anos, encontramos abordagens diversas. Mas, antes de partir para essa discussão é importante frisar que, o Quilombo é um remanescente da comunidade de senzala que existiu no Engenho Sinunga durante a escravidão. No pós-abolição, a permanência de ex-cativos e descendentes na propriedade possibilitou a manutenção dos laços familiares e comunitários.

A partir dessa problematização, faremos um diálogo entre alguns teóricos e as principais fontes trabalhadas: registros de óbitos e nascimentos, escrituras de compra e venda de terra e as entrevistas orais. Nesse sentido, por meio do cruzamento dessa documentação, buscaremos pensar a comunidade do Quilombo como um objeto familiar ao engenho, mas atentaremos para alguns dos elementos que demarcaram o processo de constituição desse território. Segundo Walter Fraga, a proximidade geográfica dos engenhos, nos distritos açucareiros do Recôncavo baiano, foi uma característica que permitiu “intercâmbio” permanente entre cativos de diferentes propriedades<sup>v</sup>. Em seu ponto de vista, esses laços eram “fortalecidos” nos momentos festivos, batizados, casamentos e, também, nos sepultamentos feitos nas capelas dos engenhos ou nas igrejas matrizes das freguesias.

Compreender essas relações é um dos objetivos deste trabalho, na medida em que a pesquisa busca desvendar as implicações da transição do trabalho escravo para a mão de obra livre, nessa localidade, bem como aspectos da vida cotidiana nas primeiras décadas emergentes após o ano de 1888. Portanto, o estudo da trajetória da comunidade é um ponto de partida para entendermos as lógicas e perspectivas que nortearam os projetos de vida dos egressos do cativeiro que constituíram a comunidade do Quilombo.

## O PÓS-ABOLIÇÃO COMO PROBLEMA NO QUILOMBO DO SINUNGA

As décadas seguintes ao 13 de maio de 1888, nessa comunidade, foram demarcadas pela permanência de ex-escravos na propriedade do engenho que continuou em atividade até por volta de 1930. Para esse contexto, o topônimo Quilombo é constantemente identificado na documentação trabalhada. Através da análise das fontes acreditamos que o significado do Quilombo, para esse local, está relacionado à permanência negra na propriedade do engenho depois da escravidão, na medida em que o aparecimento do termo sugere uma referência à liberdade nascente com a abolição.

A tradição oral sustenta que até grande parte da primeira metade do século XX, na comunidade, havia uma quantidade significativa de famílias compostas por ex-escravos. Em depoimento, *Dona Leonilda Maria dos Santos*<sup>vi</sup>, 82 anos de idade, conhecida popularmente como Dona Lindu, descendente de catingueiros, nos informou que durante sua infância ainda chegou a presenciar a fabricação de rapadura no Sinunga, assim como conheceu trabalhadores que se diziam “*vindos da escravidão*”. A entrevistada ainda contou ter alcançado algumas mulheres catadeiras de café e rendeiros “*vindos*” do antigo engenho.

Na mesma trilha, outra entrevistada tratada por *Dona Rezinha*<sup>vii</sup> relatou, em vida, as lembranças que tinha de uma “*senhora*” que lhe trouxe uma “*cuia*” cheia de açúcar do Sinunga. *Dona Rezinha* foi criada pelos descendentes dos ex-senhores do engenho e, por certo, a sua narrativa revela detalhes da vida cotidiana desse grupo social. Naquele momento o engenho ainda produzia rapadura e outros produtos comercializados na região. Por esse laço de filiação, mesmo não consanguíneo, uma parte das terras do Sinunga ficou em sua posse, a qual fizera barganha por um terreno circunvizinho onde a sua família reside atualmente.

Grosso modo, um dos grandes problemas do estudo que originou este artigo é entender o significado do Quilombo para os moradores do início do século XX. De acordo com a pesquisadora Yeda Pessoa de Castro, em seu dicionário intitulado *Falares Africanos na Bahia*, a palavra “Quilombo” tem origem na língua banto. Na Bahia designava “povoação de escravos fugidos”<sup>viii</sup>. Do ponto de vista da Antropóloga Rosy de Oliveira “o conceito histórico de quilombo se referia a comunidades formadas por escravos fugidos”<sup>ix</sup>. Em seu ponto de vista, a mudança do conceito clássico de quilombo para a categoria de “comunidades remanescentes de quilombos” desencadeou várias “inquietações” a respeito do processo de reconhecimento das populações negras rurais e urbanas<sup>x</sup>.

Em relação a esta pesquisa (que está em andamento) as fontes consultadas não

fazem referência a fugas, por isso acreditamos que o nome Quilombo não foi adotado por conta de um passado de resistência quilombola nesse sentido. Tanto que não existe uma identidade quilombola entre os moradores<sup>xi</sup>. O sentido está no fato do lugar ter sediado um espaço da escravidão (engenho), ou seja, um território de moradia negra. Durante toda década de 1890 o nome Quilombo não aparece em nenhum documento localizado envolvendo esse lugar, ainda era usual os termos “*Engenho Sinunga*” e “*Sinunga*”, expressões familiares ao engenho.

Sobre a temática dos quilombos na história existe toda uma discussão na Historiografia e, sobretudo na Antropologia, que busca uma compreensão do fenômeno. Para o pesquisador Mário Maestri, torna-se difícil que um “[...] topônimo denominado de quilombo, mocambo [...] não tenha sediado uma comunidade de fujões”<sup>xii</sup>. Mas, contrariando a conclusão deste autor, as fontes analisadas não permitem fazer afirmações dessa natureza. Embora as características geográficas dos locais descritos nos documentos apontem para a existência de matas e capoeiras ao longo da propriedade e nas áreas vizinhas.

O Quilombo também pode ter se constituído de uma parcela de terra reservada para os cativos terem acesso ao cultivo de gêneros alimentícios. Em detrimento disso, a existência desses indivíduos como ex-escravos após o fim do cativeiro deve ter influenciado o surgimento da denominação. Para Flávio Gomes “cativos, quilombolas e comunidades de senzalas desenvolveram práticas econômicas com as quais produziam excedentes”<sup>xiii</sup>.

Todavia, a presença negra e a forte lembrança da escravidão devem ter contribuído para a criação/recriação do “quilombo” depois da abolição. As escrituras públicas de compra e venda de terra e os registros civis demonstram que no decorrer do século XX os topônimos ligados ao engenho foram substituídos. Assim, a expressão Quilombo escrita com a inicial maiúscula passou a designar toda área situada à margem direita da represa onde se encontra a comunidade, e outrora se achavam as casas e outras acomodações do engenho.

Partimos da perspectiva que a comunidade descende do engenho, mas a sua fixação se deu no pós-abolição por conta da permanência de ex-cativos na propriedade. No início do século XX, documentos como as vendas de terra, registros de nascimentos e óbitos apontam para a emergência da denominação Quilombo. De acordo com a antropóloga Eliane Cantarino O'Dwyer:

Contemporaneamente [...] o termo Quilombo não se refere a resíduos

ou resquícios arqueológicos de ocupação territorial o de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio<sup>xiv</sup>.

A tradição oral também não conta nenhuma história de fugas de escravos para essa localidade, talvez haja espaço para questionamentos a perda ou transformação da memória que se processou ao longo dos anos. Por outro lado, o acesso de novos moradores às terras pode ter introduzido outras formas de vida e narrativas que foram decisivas para a não preservação de algumas memórias anteriores. O documento mais remoto localizado que menciona a denominação Quilombo como referência para esse lugar é uma compra de terra feita em 1906<sup>xv</sup>. O adquirente, Felipe José Cavalcante, patriarca da família dos Soares Cavalcante, compra de Pedro José dos Santos um “*terreno no lugar quilombo*” pelo valor de quatrocentos mil reis.

Em linhas gerais, o referido documento faz uma descrição do imóvel: “*terreno próprio para lavoura*”, dividindo com José Vila Verde e terras do mesmo vendedor chegando até um riacho que, pelos elementos geográficos descritos tratava-se do rio Sinunga, o qual as casas de engenhos encontravam-se próximas. Em setembro de 1890, o mesmo Pedro acima foi identificado comprando uma das partes desmembradas do engenho por setecentos mil reis. Na ocasião da compra, feita diretamente com os proprietários, os ex-senhores do engenho José Ignácio da Costa Queiroz e Dona Idalina Candida Neves de Queiroz, constatamos que Pedro era rendeiro de uma fazenda vizinha ao engenho.

Localizamos outros registros mais recentes de compra e venda da família dos Cavalcante, onde também identificamos a denominação. Em duas escrituras públicas do Outeiro Redondo aparece o topônimo “*quilombo*” como um lugar: uma compra de 20 de maio e outra de 19 de julho de 1915. Na primeira compra, Francisco José Cavalcante compra do casal Antônio Amâncio Nogueira e Dona Inídia Maria de Jesus uma “*parte de terras em comum com benfeitorias de cafeeiros e laranjeiras e uma casa coberta com telhas no lugar quilombo*” pelo preço de quinhentos mil reis. Na segunda, Rezende José dos Santos e sua irmã Candida Balbina dos Santos vendem duas partes de terra “*em comum*” ao mesmo comprador pelo preço de duzentos mil reis<sup>xvi</sup>.

## **COMPRA E VENDA DE TERRA, EX-ESCRAVOS E AS GERAÇÕES SEGUINTE**

Entre 26 de agosto e 24 de setembro de 1890, exatamente em um período de 29 dias seguidos, houve 12 vendas de terra envolvendo o Engenho Sinunga, nelas, os ex-senhores participaram diretamente como tramitantes de 11 negócios<sup>xvii</sup>. Uma análise dos tramites possibilitou fazer algumas considerações. O curioso é que em nenhuma das compras há registros de informações mais precisas sobre o engenho, a exemplo das senzalas e benfeitorias.

Em virtude dessa ausência podemos supor que, na ocasião das vendas de partes da propriedade do engenho, construções como senzalas deviam estar em condições precárias tanto que não foram listadas. Entretanto, a tradição oral informou a existência de muitas que sobreviveram às décadas seguintes após o 13 de maio. O fato desses tipos de bens não serem citados aponta para várias questões. Uma delas diz respeito a geografia das vendas, na medida em que os proprietários não se desfizeram das áreas que envolviam as casas de engenho, o sobrado onde moravam e a capela. Quanto às benfeitorias, o fato de não aparecerem na documentação não significa dizer que não existissem naquele contexto. Por certo, a situação da economia açucareira do Recôncavo no final do século XIX era bastante delicada, pois “a lavoura açucareira mergulhou numa crise financeira que se estendeu até o final do século XIX”<sup>xviii</sup>.

Em relação à dimensão geográfica da propriedade as descrições das vendas de terra revelaram diversas informações, envolvendo nomes de pessoas, riachos, lugar, localização da represa, moradia, matas etc. Uma das informações mais importantes está relacionada as fronteiras do Engenho Sinunga. Percebemos que, além da comunidade do Quilombo, houve outra que se formou nas extremidades da propriedade a partir da permanência de ex-cativos e da desmembração do engenho. A comunidade do Genipapo está situada um pouco distante da margem esquerda da represa. Por isso, tanto de um lado da barragem quanto do outro havia e ainda encontram-se herdeiros dos ex-proprietários e dos descendentes de ex-escravos.

No Genipapo, até grande parte do século XX, residia um dos filhos do proprietário do engenho, Arsênio Neves de Queiroz, segundo conta a tradição oral era casado com uma ex-escrava de nome *Felippa* trabalhadora do engenho<sup>xix</sup>. Tivemos a oportunidade de localizar o óbito da ex-escrava, faleceu em novembro de 1938 aos 78 de idade, por consequência de “*moléstia interna*”. Na certidão consta que *Felippa Neves da Silva* era viúva e residia na Fazenda Coqueiros<sup>xx</sup>. O declarante do óbito foi o seu filho Licínio de Queiroz que morava próximo às construções do Sinunga<sup>xxi</sup>.

Explorando outras memórias sobre a ex-escrava identificamos que *Felippa* era vítima de diversas atitudes racistas no seu cotidiano. Em entrevista, *Dona Maria*

Lúcia<sup>xxii</sup>, de idade ignorada, nos informou que ainda a conheceu, mas não teve muita intimidade, em suas palavras “*era uma negra [...] quase não tinha cabelo*”, “*o marido era alto e branco*”. A entrevistada nos informou ainda que Felippa era “*cismada*” com tudo e concluiu que sua cisma advinha do fato de ter se casado com um “*marido branco*”. O depoimento informa não somente as visões da época que circulavam no dia a dia, como também aspectos e percepções da vida familiar da própria entrevistada.

Para tanto, no Genipapo, ex-escravos do engenho e da Fazenda Coqueiros pertencente à família dos Queiroz adotaram o sobrenome “*Neves*” estendendo-se às gerações nascentes depois abolição. Um caso específico é o de Juvêncio, em março de 1877 o encontramos como “*liberto*”, pai de um ingênuo registrado como Faustino, filho da escrava Libania, propriedade da matriarca Dona Ignácia Maria da Costa Queiroz. Em dezembro de 1939, Juvêncio foi a óbito com 110 anos de idade, “*cor mestiça*”, filho de Fernando e Leocádia da Silva residentes no Genipapo, na certidão consta o sobrenome Neves da Silva<sup>xxiii</sup>.

Obtivemos a informação que Leocádia e Fernando tiveram outro filho de nome Cleto Neves da Silva. Por sorte nas escrituras de compra e venda de terra do engenho (feitas na década de 1890) identificamos Cleto como proprietário de um terreno contíguo ao engenho cuja parte vendida divisava<sup>xxiv</sup>. Para a tradição oral Cleto foi um dos escravos do Sinunga. Assim, no decorrer do século XX, localizamos alguns filhos de Cleto formando família no Genipapo e também no Quilombo. São eles: Cirilo Júlio da Silva, Francisca de Paula Silva e Dionísia Paula da Silva. Os irmãos Cirilo e Francisca constituíram união com os descendentes dos Queiroz, netos dos ex-senhores.

Os filhos dessa primeira geração livre nascente no pós-abolição também tiveram tendência a permanecer no local de trabalho. No entanto, houve uma miscigenação entre descendentes de ex-escravos e ex-senhores que continuou nas gerações seguintes. Caso tenhamos a tradição oral como ponto de partida, essa mistura começou no momento da união da ex-escrava Felippa com Arsênio Queiroz, filho dos ex-senhores.

Para grande parte da tradição oral, ex-escravos e um número considerável de descendentes ficaram na propriedade e nela morreram. *Seu Catarino* faz parte de uma segunda geração de moradores da comunidade do Quilombo, nascente entre as décadas de 1910 e 1920. Conta que nasceu numa “*casa coberta de palha*” próxima às casas de engenhos, onde ainda menino alcançou algumas senzalas e outras construções que integravam à propriedade. Além dessas memórias, este senhor também nos informou ter conhecido muitas pessoas que foram escravas do Sinunga vivendo na comunidade, a exemplo do seu avô Santiago.

Quilombo e Genipapo são espaços comunitários constituídos nas encruzilhadas entre escravidão e pós-abolição. Assim, a permanência de ex-cativos do engenho nos locais de trabalho foi um elemento que motivou o alargamento dos laços culturais. Mas, o fato das duas primeiras gerações livres permanecerem, em peso, foi importante também para a manutenção das relações familiares. Seja como rendeiros ou posseiros, esses ex-escravos e descendentes, tiveram acesso ao cultivo de gêneros alimentícios que, por vez, contribuiu para a fixação da vida comunitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa sobre o Engenho Sinunga e a formação da comunidade do Quilombo, nessa etapa, possibilitou analisar algumas dimensões do problema, a exemplo da desmembração da propriedade do engenho, permanência de ex-cativos depois da abolição etc. No entanto, este texto é uma curta reflexão sobre um tema que ainda carece de mais investigações. No entanto, de maneira preliminar é possível afirmar, em tese, que o Sinunga desencadeou ambas as formações comunitárias tanto o Quilombo quanto o Genipapo no Outeiro Redondo.

Nesta discussão, a ênfase da pesquisa recaiu sobre a comunidade do Quilombo que teve como ponto de partida as narrativas orais. Compreendemos que, durante a escravidão, os cativos do engenho estavam concentrados nos arredores da casa grande, formando uma comunidade de senzala. No pós-abolição, principalmente, a partir do acesso ao cultivo de gêneros alimentícios nas terras do Sinunga, ex-escravos e familiares ampliaram as possibilidades de sobrevivência como trabalhadores livres.

É importante destacar também que, próximo ao Engenho Sinunga outras propriedades escravistas situaram-se, com destaque para os engenhos São João e Santo Antonio da Jaqueira. Entretanto, o Sinunga integra um número de engenhos que estavam em atividade na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo, entre as últimas décadas do século XIX e meados do século seguinte. Entre os quais podemos elencar os engenhos Colônia, Campo Alegre, Capivary da Passagem, Mutum e Subaúma propriedades das poderosas famílias Tosta e Mata Pinto. Além dessas fábricas e algumas engenhocas, muitos outras permaneceram trabalhando até bem adentrar a primeira metade do século XX.

Além do engenho, Sinunga também é o nome de um rio que corta várias comunidades do Outeiro Redondo e de Maragogipe até desaguar no Paraguaçu. Por conta disso, o termo historicamente designa ainda uma grande faixa de terra paralela ao riacho. Pela documentação foi possível constatar, que durante as primeiras décadas



seguidas após o fim da escravidão, no interior de sítios, fazendas e outras propriedades localizadas no Outeiro Redondo, ex-escravos permaneceram trabalhando em diferentes atividades. Essa permanência possibilitou a composição e manutenção de laços de parentescos essenciais para a existência de comunidades negras atualmente no distrito.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> João Paulo Pinto do Carmo, graduando em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (URFB). Bolsista PIBIC-AF pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e integrante do Programa de Permanência Qualifica (PPQ) pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). Orientando do Prof<sup>o</sup>. Dr. Walter da Silva Fraga Filho. Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo da Bahia (NEAB). E-mail: [cjoapaulopinto@yahoo.com](mailto:cjoapaulopinto@yahoo.com)

<sup>ii</sup> Ver FERNANDES, Luydy Abraham. *Mapeamento Arqueológico: Cachoeira e São Félix*. UFRB, Recôncavo, 2009. Disponível em: [http://www.bahiarqueologica.com/mural\\_arquivo.asp](http://www.bahiarqueologica.com/mural_arquivo.asp). Acessado em 10/11/2011.

<sup>iii</sup> Vale ressaltar que, uma primeira abordagem sobre essa comunidade foi elaborada pela mestrandia Mariana Pereira de Souza, em 2009, sob a ótica da Etnobotânica. Ver SOUZA, Mariana Pereira. Etnobotânica no Quilombo de São Félix: Diversidade Étnica do Uso dos Recursos Vegetais. In: *Nas Margens do Tempo: Histórias em Construção*. Edição e Impressão. Recôncavo: UFRB: Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo da Bahia, 2010, pp. 183-192.

<sup>iv</sup> Ver VOGT, Carlos & FRAY, Peter. A Descoberta do Cafundó. In: *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.15-36. Sobre os estudos de comunidades negras, Peter Fray e Vogt, em suas pesquisas no Cafundó, uma comunidade negra do sudeste paulista, discute aspectos da cultura africana no Brasil.

<sup>v</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhada da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p.35.

<sup>vi</sup> Entrevista com D. Leonilda Maria dos Santos, concedida em 05 de setembro de 2010. D. Leonilda relatou várias histórias do engenho no pós-abolição, ela nasceu no “Rodão”, uma comunidade de Maragogipe fronteirante ao Quilombo, durante a infância conviveu com muitas catadeiras de café que lhe contavam o passado de escravidão.

<sup>vii</sup> Entrevista com D. Nair de Queiroz, concedida em novembro de 2007. O sobrenome Queiroz presente em seu sobrenome remonta uma longa história. Após ficar órfã com a morte da mãe, ela foi criada por uma das netas do dono do engenho. Mas, depois de constituir família, D. Reisinga veio a óbito em janeiro de 2012, segundo uma de suas netas ela faleceu com 81 anos de idade.

<sup>viii</sup> CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Tapbooks, 2005, p.324.

<sup>ix</sup> OLIVEIRA, Rosy de. *O BARULHO DA TERRA: Nem Kalungas nem Camponeses*. Curitiba: Editora Progressiva, 2010, p.189.

<sup>x</sup> Idem, p.195.

<sup>xi</sup> Em 2005 a comunidade foi registrada como quilombola no mapeamento realizado pela Secretária de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária/Superintendência de Agricultura Familiar. Segundo a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Quilombo e Região o

---

processo de reconhecimento do remanescente está em andamento. Nesse sentido, percebemos que, atualmente, algumas moradores do Quilombo estão despertando uma nova visão sobre o território que poderá culminar em processo de afirmação identitária.

<sup>xii</sup> MAESTRI, 2002, apud. ADELMIR, Fiabani. Mato, *Palhoça e Pilão: o quilombo da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*, 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.264.

<sup>xiii</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia da Letras, 2006, pp. 52-53.

<sup>xiv</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo no Brasil: Direitos Territoriais em Construção. In: *Caderno de Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*/Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)...et al. EUA Edições. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2010, p.42.

<sup>xv</sup> Cartório de Registro Imóveis de São Félix; livro de registro de imóveis, nº 4 (1896-1915), fl.122.

<sup>xvi</sup> Cartório de Registro Civil do Outeiro Redondo; livro de notas: registro de compra e venda de terra, fls. 27-30v; 31-34v.

<sup>xvii</sup> Cartório Registro de Imóveis de São Félix; livro de registro de imóveis, nº 3, (1890-95), fls. 7-10, 12-14.

<sup>xviii</sup> Ver FRAGA FILHO, 2006, p.31.

<sup>xix</sup> Entre as entrevistadas, localizamos Dona Crisantina de Queiroz, neta de *Felippa* que nos informou vários detalhes da vida cotidiana de sua avó. Entrevista com D. Crisantina, concedida em novembro de 2007.

<sup>xx</sup> Cartório de Registro Civil do Outeiro Redondo; livro de registro de óbito, nº 6, fl.36. Arsênio era filho dos ex-senhores José Ignácio da Costa Queiroz e Dona Idalina Candida de Queiroz, faleceu em 1937, portanto, um ano antes de *Felippa*.

<sup>xxi</sup> Cartório de Registro Civil do Outeiro Redondo; livro de registro de óbito, nº 7, fl.19. Por ter falecido em 1938, com 78 anos de idade, nos permite afirmar que nascera em 1860, neste período ainda os nascidos eram considerados cativos. Felipa era filha de Mathildes Neves da Silva que morava em “Coqueiros” (povoado contíguo ao engenho), desse modo, se levarmos em consideração a informação veiculada por parte da tradição oral que ela era uma ex-escrava, ainda que não dispomos de documentos que possibilitem tal análise, mesmo assim este é um dado bastante relevante para pensarmos na permanência dos egressos trabalhando na propriedade depois da abolição.

<sup>xxii</sup> Entrevista concedida por Dona Maria Lúcia, em 13 de março de 2012.

<sup>xxiii</sup> Ver óbito de Juvêncio no Cartório de Registro Civil do Outeiro Redondo; livro de óbito, nº 7, flv. 110.

<sup>xxiv</sup> Cartório de Registro de Imóveis do Fórum de São Félix; livro de registro de compra e venda de terra, nº 3, (1890-95), fl.7. Segundo Dona Leonilda Cleto era um “preto” ex-escravo do engenho que anda alcançou vivo.